



Novo PGD na área 15

Programa passa a ser facultativo e outras mudanças

Foi publicada hoje (29) a Portaria nº 1.923, com alterações significativas na Portaria nº 1.800/2024, que autoriza e institui o **Programa de Gestão e Desempenho (PGD)**.

As mudanças atendem a pleito histórico dos sindicatos e confederações que representam os servidores, conforme explica o presidente do INSS, Gilberto Waller. "Com a edição dessa norma, a gestão do INSS cumpre acordo feito com as entidades e reconhece a importância de cada servidor na recuperação da imagem do INSS e na consecução do serviço público para o cidadão", destaca.

Com a norma, agora a **participação no PGD passa a ser facultativa** e não mais obrigatória, como antes. O servidor que não aderir ao PGD permanece submetido ao controle de jornada via Sisref.

Adesão

Para os servidores em estágio probatório a adesão agora poderá ser feita após **um ano** desde sua entrada em exercício. Além disso, grupos específicos (PcD, pessoas com dependentes PcD, idosos, gestantes, lactantes, entre outros) poderão aderir imediatamente, independente do cumprimento do pedágio de um ano.

Modalidades e frequência

As modalidades híbrida, presencial e parcial são redesenhadas: não há mais a imposição automática do presencial e foram flexibilizadas as regras de comparecimento, com **registro único diário no Sisref**. O foco deixa de ser a marcação detalhada de horários e passa a ser a **entrega de resultados**.

Para o teletrabalho parcial, além da flexibilização, o **comparecimento presencial mínimo passa uma vez na semana** e não mais as 16 horas de antes.

Plano de trabalho

O plano de trabalho deixa de ser trimestral e passa a ter **vigência anual, com execução, registro e avaliação mensais**. Essa mudança melhora rastreabilidade, transparência e compatibilidade com os sistemas, preservando o acompanhamento contínuo das entregas.

Caso não cumpra o estabelecido, o servidor é desligado do PGD, passando para o controle de frequência no Sisref.

A nova norma também revoga a previsão de uso obrigatório do plano de trabalho para a avaliação de desempenho, mantendo apenas o caráter facultativo já previsto na IN nº 52/2023.

Transição

Por fim, a norma cria uma regra de transição para os servidores que estão atualmente no PGD presencial, assegurando prazo de **30 dias** para manifestação de interesse no desligamento. Caso não se manifeste no prazo, o servidor permanece na situação atual, garantindo segurança jurídica e estabilidade administrativa.